

Luiz Roberto Alves (1947-2025)



Por **PAULINO MOTTER***

Sua vida foi uma pedagogia em ato: do trabalho de base no ABC à cátedra na USP, Luiz Roberto Alves encarnou o intelectual orgânico que nunca separou o pensamento crítico da luta concretamente pela justiça social

1.

Há quase um século, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, formulou um dos apelos mais ambiciosos da história republicana brasileira – um chamado que segue reverberando até hoje: a inclusão da educação como direito universal e fundamento da democracia. Redigido por educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, o manifesto denunciava a captura do Estado por oligarquias regionais e sustentava que não haveria República digna desse nome sem um sistema público, laico, gratuito e nacional de educação.

Uma de suas propostas centrais – a criação de um Sistema Nacional de Educação – só se converteria em norma legal com a recente aprovação e sanção da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. Essa longa espera de quase um século pode ser atribuída à persistência de forças estruturais que resistem, por inércia ou cálculo político, à democratização efetiva da educação no Brasil.

O anti-intelectualismo permanece entranhado nas engrenagens burocráticas do Ministério da Educação (MEC) – instituição que se aproxima de seu centenário sem ter cumprido a sua promessa fundadora: garantir a universalização da educação pública de qualidade. Criado em 1930 como Ministério da Educação e Saúde Pública, reformulado ao longo do século, o MEC carrega uma contradição original: é, ao mesmo tempo, espaço de formulação estratégica das políticas nacionais de educação e território hostil ao pensamento crítico e inovador.

Apenas um registro anedótico, a título ilustrativo: de 1985 para cá, portanto, nas últimas quatro décadas, a cadeira de ministro da Educação já teve cerca de 30 ocupantes, conta que exclui interinos que responderam pela pasta por período inferior a um mês. Trata-se de um cargo de alta rotatividade, o que explica, em grande medida, as descontinuidades que marcam o desenvolvimento das políticas nacionais de educação desde a redemocratização do país.

Os descaminhos da educação brasileira e suas deficiências crônicas estão fartamente documentados na literatura especializada. Meu intento aqui é mais modesto: prestar um tributo ao professor Luiz Roberto Alves, com quem convivi durante minha última passagem pelo MEC, como chefe de gabinete da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), no primeiro ano da atual gestão. Admito que não o conhecia até que ele me foi apresentado como consultor da Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Dase), contratado via PNUD.

2.

Nosso convívio profissional rapidamente transbordaria os limites burocráticos, convertendo-se em amizade crescente, a

ponto de ele passar a frequentar minha casa. Um encontro particularmente marcante ocorreu quase por acaso, durante visita do meu ex-colega de doutorado, Luís Armando Gandin, professor da Faculdade de Educação da UFRGS, acompanhado de sua esposa, Sabine Raizzler. Ofereci um jantar, para o qual também convidei o professor Luiz Roberto, certo de que ele se integraria. Não antecipei, porém, a intensidade das afinidades que afloraram naquela noite.

Houve coincidências quase literárias: a esposa de Luiz Roberto também se chama Sabine. A conversa tomou um rumo inesperado quando ele mencionou que, no início dos anos 1970, perseguido pela ditadura militar, exilou-se em Israel, onde estudou na Universidade de Jerusalém e trabalhou em um kibutz, experiência que combinou formação acadêmica e engajamento social. De volta ao Brasil, arregaçaria as mangas e se engajaria na construção de base do projeto político forjado pelas greves históricas dos metalúrgicos do ABC paulista, reafirmando, na prática, sua fidelidade a uma concepção de educação indissociável da justiça social.

Enquanto ouviam atentos o relato, Gandin e Sabine se entreolharam surpresos. Ao final, revelaram ao ilustre convidado que a filha mais velha deles, Ilana, então com 18 anos, encontrava-se justamente em Israel realizando um programa de intercâmbio. A coincidência estabeleceu imediata conexão e animou a conversa. Ninguém em torno daquela mesa poderia imaginar que, poucas semanas depois, sobreviria o ataque do Hamas, em 7 de outubro de 2023, forçando o cancelamento da viagem planejada pelo casal para visitar a filha e o seu retorno em voo de repatriação organizado pelo governo brasileiro. A história, mais uma vez, atravessava a vida privada.

Aquele encontro foi tão intenso que se repetiria semanas depois, já sem a presença dos amigos gaúchos, quando Sabine Linder, esposa de Luiz Roberto, professora da Escola Suíço-Brasileira de São Paulo, veio acompanhá-lo durante alguns dias em Brasília. Suíça de nascimento, ela compartilhou a história do casal, que se conheceu na Europa, durante uma curta estadia de Luiz Roberto em Roma, entre 1993 e 1994.

Uma nova temporada europeia seria vivida entre Berna e Florença, no biênio 2006-2007. Ele aproveitava essas pausas fora do Brasil para dedicar-se quase exclusivamente à pesquisa. Ao retornar, trazia na bagagem novos conhecimentos interdisciplinares e, invariavelmente, um novo livro em gestação.

3.

Nossa convivência no MEC seria breve, abruptamente interrompida no início de 2024, pouco depois da realização da Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conae), quando se consumou nossa saída quase simultânea. As interações frequentes deram lugar a reencontros esparsos em Brasília e São Paulo. Mas as interações e diálogos que tivemos ao longo dos últimos três anos foram suficientes para formar em mim uma convicção definitiva sobre a nobreza de seu caráter, sua humildade e seu propósito de vida.

Luiz Roberto Alves era um exemplo acabado de intelectual orgânico, no sentido mais rigoroso do célebre conceito formulado por Antonio Gramsci. Ele não se encastelou na cátedra conquistada na principal universidade do país. Colocou a mão na massa – ou, como diria um velho sindicalista do ABC, a mão na graxa.

Na condição de intelectual militante e comprometido, a Região do ABC paulista converteu-se no território onde pensamento e ação tornaram-se indissociáveis. Berço das grandes greves operárias do final dos anos 1970 e da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 1980, esse cinturão industrial e operário ofereceu a Luiz Roberto não apenas um cenário político, mas um campo concreto de experimentação democrática. Sua práxis como educador freireano começou pelo trabalho de base, como professor de crianças e diretor de escolas públicas.

O engajamento militante em defesa da escola pública levou-o a assumir novos desafios como secretário municipal de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo do Campo (1989-1992) e, mais tarde, de Mauá (2001-2003). Como gestor municipal, ajudou a formular e implementar políticas públicas inovadoras, baseadas na participação social, na integração entre áreas e na educação como eixo estruturante do desenvolvimento local.

Foi também em São Bernardo que ele se destacaria como um dos principais formuladores do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), inspirado diretamente na pedagogia de Paulo Freire. Mais que um programa educacional, o MOVA constituiu-se como experiência radical de cidadania, mobilizando sindicatos, igrejas e organizações da sociedade civil, devolvendo a palavra – e, com ela, a dignidade – a trabalhadores historicamente excluídos do direito à educação. A experiência irradiou-se para outras regiões do país, tornando-se referência nacional.

Sua atuação no ABC não se limitou à educação formal. Luiz Roberto foi um dos pioneiros na defesa de políticas públicas regionais integradas, visão que desembocaria na criação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em 1990. Em um país marcado pela fragmentação administrativa e pela competição predatória entre municípios, sua aposta na cooperação intermunicipal antecipou debates que só décadas depois ganhariam centralidade na agenda pública, sendo replicada em outras regiões. Foi com essa bagagem que chegou à Sase/MEC.

4.

Confirmando o provérbio popular segundo o qual “o fruto não cai longe da árvore”, esse compromisso ético atravessou gerações. Seu segundo filho, o advogado Ariel de Castro Alves, abraçou os mesmos valores, tornando-se referência nacional na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Essa trajetória o levou a integrar a equipe de Sílvia Almeida no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Mas, fiel aos seus princípios, deixaria o cargo ainda no primeiro ano da atual gestão, preferindo, por coerência, voltar ao trabalho de base. Antecipou-se, assim, à queda do titular da pasta, em setembro de 2024, alvejado por denúncias de assédio sexual. Esse espelhamento do filho no pai revela a eficácia de uma pedagogia da ética praticada no espaço público e nas relações familiares.

No plano acadêmico, Luiz Roberto Alves construiu trajetória igualmente sólida e plural. Professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), ajudou a formar gerações de estudantes nos campos da comunicação, da cultura e da educação, tanto na USP quanto na Universidade Metodista de São Paulo, onde exerceu funções de liderança acadêmica e foi fundador da Cátedra de Gestão de Cidades. Sua produção intelectual reflete a mesma recusa às fronteiras rígidas entre disciplinas que marcou sua atuação pública.

Autor de obras como *Construir currículos, formar pessoas e constituir comunidades educadoras*, *Trabalho, cultura e bem comum*, *Cidades: identidade e gestão* e *Administrar via cultura* – este último dedicado à experiência de Mário de Andrade à frente da Secretaria de Cultura de São Paulo –, pensou a educação sempre em diálogo com a cultura, o trabalho, o território e a política. Em livros como *Diálogos de Amor* e *Contos e casos populares*, aproximou-se ainda mais da tradição humanista que vê na palavra um instrumento de encontro e transformação.

Mesmo após a aposentadoria formal, recusou-se ao descanso confortável. Seguiu lecionando, escrevendo, orientando e colaborando como pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, além de atuar como consultor de organismos internacionais e de diferentes áreas do Estado brasileiro. Sua vida intelectual não conheceu o repouso do desencanto. Manteve-se ativo até o momento em que o fim.

É dolorosa e desconcertante a constatação de que a morte do professor Luiz Roberto tenha ocorrido na esteira da tragédia humanitária em Gaza, protagonizada por um governo que representa a negação da utopia igualitária na qual ele acreditou naquele período formativo da vida.

5.

Não poderia concluir este tributo sem lamentar, com tristeza e indignação, a forma como Luiz Roberto Alves foi tratado durante sua curta atuação como consultor da Sase/MEC. Primeiro veio o silenciamento, acompanhado do boicote sistemático à sua participação nas discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação. Em seguida, a apropriação de

a terra é redonda

suas contribuições sem o devido reconhecimento. Por fim, o cancelamento abrupto de seu contrato via PNUD e sua dispensa sem maiores explicações. Afinal, burocratas não costumam justificar suas decisões.

O episódio – que testemunhei como chefe de gabinete – inscreveu-se entre aquelas páginas infames que uma instituição pública jamais deveria produzir. Que isso tenha ocorrido no âmbito do MEC, ainda que sem o conhecimento do gabinete do ministro Camilo Santana, é ainda mais chocante.

Luiz Roberto Alves, intelectual íntegro e educador exemplar, não se deixou abater pela injustiça sofrida. Manteve-se ativo. Saiu de cabeça erguida pela porta da frente do MEC. Ao passar pelo memorial em homenagem a Paulo Freire, reverenciou seu mestre.

Como se empreendesse uma peregrinação, atravessou a Esplanada dos Ministérios e foi se juntar à equipe de Ana Estela Haddad, no Ministério da Saúde, colaborando com o programa PET-Saúde – Informação e Saúde Digital. Ali trabalhou até que, poucos meses depois do diagnóstico de câncer, sua saúde se debilitou, impedindo seus deslocamentos frequentes entre São Paulo e Brasília.

Após sua morte, ocorrida em 16 de dezembro de 2025, aos 78 anos, as homenagens de seus pares e a ampla repercussão em veículos de imprensa, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil fizeram jus à sua estatura intelectual e humana. Foi aclamado, com justiça, pelo seu legado, sobretudo nos municípios do ABC. Destoante e incompreensível – mas coerente com a forma aviltante como ele havia sido tratado – foi o silêncio do MEC.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, representado por seu presidente, Cesar Callegari, divulgou uma nota de pesar, lamentando a morte do ex-conselheiro Luiz Roberto Alves, que integrou o órgão de 2012 a 2016 e presidiu a Câmara de Educação Básica entre outubro de 2014 e outubro de 2016. O texto destacou sua atuação qualificada e suas “inestimáveis contribuições aos debates deste Colegiado e ao fortalecimento da Educação”.

Não consigo deixar de me perguntar o que Paulo Freire – sobre quem Luiz Roberto escreveu vários livros e ensaios, e a quem dedicou sua vida intelectual – diria do tratamento dispensado pelo MEC a um de seus mais leais discípulos e propagadores.

Talvez dissesse apenas que, quando uma instituição cuja missão precípua é promover a educação se permite tratar pessoas como meios descartáveis, ela fere princípios éticos inegociáveis e, ao fazê-lo, passa a servir mais aos interesses dos gestores de turno do que ao bem público.

Luiz Roberto Alves encarnou, até o fim, a recusa dessa lógica desumanizante. Sua vida demonstra que educar exige presença, risco, compromisso e, acima de tudo, coragem moral. Em um tempo de tecnocracias ruidosas e vaidades vazias, sua discrição foi sua forma mais radical de resistência.

Ele não passou despercebido pela história. Foi, até o fim, um educador – no sentido mais pleno da palavra.

***Paulino Motter**, gestor público, é doutor em Educação pela Universidade de Wisconsin-Madison.

a terra é redonda

existe graças aos nossos leitores e apoiadores

Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**

A Terra é Redonda